

Despachos do Sr. Diretor de Divisão  
Permanências definitivas deferidas

PROCESSO Nº 3 387/ 83 - MANUEL EDUARDO FERNANDEZ ROSANO, MARIA CRISTINA ANDRADA DE FERNANDEZ E CRIS FERNANDEZ ANDRADA  
PROCESSO Nº 3 629/ 83 - JUN CHIK CHE, JUNG JA CHE CHANG, BOK SUN CHE, HYUNG GUK CHE  
PROCESSO Nº 5 127/ 83 - ERHARD KURT KOHLER  
PROCESSO Nº 9 903/ 83 - TAY MAN SENG  
PROCESSO Nº 10 069/ 83 - DARIO LEMUS AGUILAR  
PROCESSO Nº 10 921/ 83 - CARLOS PAULO FURTADO  
PROCESSO Nº 11 173/ 83 - ROSENDO ALMANZA MAMANI E VIRGILIO DRAGON DE ALMANZA  
PROCESSO Nº 11 231/ 83 - JOSÉ ALBERTO GONZALEZ CASTANEDA  
PROCESSO Nº 11 539/ 83 - PIERRE ANTOINE FOLTRAN, DANIEL GUERITE MAUREL FOLTRAN E CHRISTINE FOLTRAN  
PROCESSO Nº 11 587/ 83 - VINCENZO DE MATTEO, MARIA VOLPE DE MATTEO E PAOLA DE MATTEO  
PROCESSO Nº 11 785/ 83 - MAURICE HOPE DUNCAN  
PROCESSO Nº 17 717/ 83 - GUIDA MARIA DE JESUS DA SILVA GONÇALVES

ANTONIO FERREIRA

### CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 49a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1983.

Às dezesseis horas do dia 21 de junho de 1983, na sede do CONTRAN em Brasília, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ERICO ALMEIDA VIEIRA LOPES, GONÇALO RAFAEL DÂNGELO, FLÁVIO CÁSSIO DE MELLO E SOUZA, JOAQUIM MACHADO DE MELLO JÚNIOR, GERALDO LUIZ HORTA DE ALVARENGA, NUNO ALVARO GUILHERME D'OLIVEIRA, JOSÉ FERNANDO MARQUES DE FREITAS, JOSÉ CAVALCANTE DA SILVA, WALMIR VICTORINO BARBOSA, FRANCISCO OSCAR RODRIGUES e CAIO AUGUSTO MIRANDA BRETAS DE OLIVEIRA. Aprovada a Ata da reunião do dia 17-06-83. ASSUNTOS GERAIS: O Senhor Conselheiro Geraldo Luiz Horta de Alvarenga justificou sua ausência à reunião do dia 17-06-83. ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 3782/80. Assunto: obrigatoriedade do uso de tacógrafos nos veículos de passageiros e de cargas. Relator: Conselheiro Caio Bretas que esclarece tratar-se de projeto de lei, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Amadeu Gears, para tornar obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores de passageiros e de cargas, destinados ao transporte rodoviário, tendo por principal argumento a redução do número de pessoas vitimadas. Esclarece que a legislação de trânsito, confere competência ao Conselho Nacional de Trânsito para determinar os equipamentos obrigatórios, e, que, usando desta atribuição o Colegiado tornou obrigatório o uso do Tacógrafo para veículos de transporte coletivo, não julgando aconselhável estender essa obrigatoriedade à veículos de transporte de cargas. Conclui seu parecer entendendo que o Projeto de Lei em exame não deva prosperar. Discussão: manifestaram-se vários Conselheiros, tendo o Senhor Conselheiro José Fernando solicitado vistas do processo, o que lhe foi concedido, e, suspensa a discussão do parecer. Aprovada a presente Ata, vai assinada por Sua Senhoria e por mim Secretária.

Engº CELSO CLARO HORTA MURTA MARIA DULCE VIEIRA DE QUEIROZ CAMPOS  
Presidente Secretária

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 31ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 16.05.83

Às nove horas do dia dezesseis de maio de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Se

do Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, HEBER SOARES VARGAS, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre dezesseis de abril a treze de maio do corrente. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colendo Conselho, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. Com vivo entusiasmo o Senhor Presidente comunicou ao Plenário que o Senhor Ministro da Justiça havia encaminhado os Projetos de Reforma Penal à Presidência da República, fato este, marcante no CNPP, tendo em vista a participação de alguns de seus membros às Comissões incumbidas da elaboração desse conjunto de trabalhos, os quais marcarão a gestão do Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL nesta pasta. Agradeceu a colaboração e o esforço daqueles que participaram da mencionada reforma e informou que mais tarde o Conselho estaria com o Senhor Ministro a fim de levar-lhe os cumprimentos pela iniciativa e concretização dessa obra. Em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA para relatar sobre a organização do Encontro Nacional dos Dirigentes dos Sistemas Penitenciários Estaduais, a ser realizados nos dias 20 e 21 de junho próximos, pelo CNPP e DEPEN. A oportunidade o relator informou que a matéria que se propõe, como simples hipótese de trabalho, sujeita a uma reflexão mais profunda, não iria além de três temas, marcados, necessariamente, pelo seu caráter prático e imediato desencadeamento de uma estratégia destinada a enfrentar a crise do atual sistema penitenciário. Os temas são: a) - Organização Penitenciária, para uma integração de seus órgãos, humanização do estabelecimento penal e profissionalização contínua do pessoal penitenciário; b) - Tratamento penitenciário e ressocialização, segundo os enfoques normativo e científico, para a consideração da dimensão humana do preso e realidade da sociedade brasileira; e c) - Política Penitenciária e Política Social, para uma racional distribuição dos recursos financeiros do FAS. Os temas desdobrados em subtemas atingem um total de sete grupos de trabalho.

As exposições do conteúdo técnico serão realizadas pelos Senhores Conselheiros do CNPP e coordenação dos trabalhos por técnicos daquele Departamento, especializadas em dinâmica de grupo. Após o exame da proposta e acolhimento das sugestões emitidas pelo Plenário, os grupos ficaram assim constituídos: "1º Grupo Órgãos de Execução Penal - Expositores: Prof. Everardo da Cunha Luna e Dr. Jair Leonardo Lopes - Coordenadores: Dra. Lélia Maria Tinoco de Oliveira e Dra. Nazira Abdala Giacometti. 2º Grupo Estabelecimentos Penitenciários - Expositores: Prof. Antônio Vicente de Costa Júnior e Dr. Alcino Moraes Almeida - Coordenadores: Dra. Socorro Maria Soares de Vasconcelos e Dra. Mécia Albuquerque - Manicômio Judiciário - Expositores: Prof. Heber Soares Vargas e Dr. José de Siqueira Silva - Coordenadores: Dra. Socorro Maria Soares de Vasconcelos. - 3º Grupo Pessoal Penitenciário - Expositores: Des. José Danton de Oliveira e Prof. Antônio Zappalá - Coordenadores: Dra. Miriam Lúcia Rodrigues e Dra. Iva Dias Fernandes Azevedo. - 4º Grupo Exame Criminológico - Expositores: Prof. Sérgio Marcos de Moraes Pitombo e Dr. Edson Freire O'Dwyer - Coordenadores: Dra. Maria das Graças Rodrigues e Dr. Humberto Spindola. - 5º Grupo Classificação - Expositores: Dr. Jason Soares Albergaria e Dr. José Mauro Couto de Assis - Coordenadores: Dr. Jair Ferreira da Silva e Dra. Carmem de Carvalho. - 6º Grupo Processo de Reeducação - Expositores: Dr. Renê Ariel Dotti e Dr. Abelardo de Araújo Jurema - Coordenadores: Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher e Dra. Maria Regina M. Rincon. - 7º Grupo Política Criminal e Política Social - Expositores: Prof. Benjamin Moraes Filho e Dr. Nabor Cesar Siqueira - Coordenadores: Dra. Julita d'Angelo Borges e Dr. Pedro Paulo Colombo dos Santos." A abertura do evento será realizada pelo Senhor Ministro da Justiça e, o encerramento, pelo Senhor Presidente do CNPP. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que relatou parecer sobre Pena de Morte, o qual segue transcrito por se tratar de tese que mereceu destaque, aprovação unânime pelo Plenário e cumprimentos especiais apresentados ao relator pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Conselheiros. EVERARDO DA CUNHA LUNA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e BENJAMIN MORAES FILHO. "01. A 29 de setembro de 1982, Adriano Bessa Ferreira dirigiu carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Após narrar lamentabilíssimo fato delituoso, sugere a adoção da pena de morte, no sistema sancionatório, do Código Penal Comum. 02. A Secretária Particular da Presidência da República, a 14 de outubro do mesmo ano, mediante expediente, encaminhou a aludida carta ao Ministério da Justiça. Veio, assim, ela a ter ao Conselho Nacional de Política Penitenciária e sua Presidência, em 06 de dezembro de 1982, honrou-me solicitando parecer, que ora presto. 03. Os Estados, hoje, no tocante à pena de morte, assumem uma de três (03) posições, a saber: ou a adotam, ou a aboliram, ou a possuem, mas tão só no direito penal especial. O Brasil coloca-se no último e terceiro referido bloco de países. Temos a Pena de morte prevista na Constituição da Emenda nº 1/69 (art. 153, § 11, 2a. parte) e estabeleci